



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES

#### 1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

**1.1 Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's**, para atender as necessidades dos alunos e dos professores da Escola de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem Nossa Senhora de Fátima, que atuarão em campo de estágio, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

<b>1.2 Requisitante:</b>	Secretaria de Educação
<b>1.3 Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico, Via Registro de Preço nos termos da Lei nº 14.133/21.
<b>1.4 Prazo:</b>	01 (um) ano a contar da assinatura da ATA de Registro de Preço.
<b>1.5 Tipo:</b>	Menor preço por item nos termos da Lei 14.133/21.

**1.6 Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO OBJETO	U/C	QUANT
01	422231	<b>AVENTAL DESCARTÁVEL</b> Avental para uso hospitalar, não estéril. Tipo: descartável, manga longa com elástico no punho; Matéria-prima: polipropileno; Gramatura/composição: 30g/m². Comprimento: 110 cm, aproximadamente; Repelente e impermeável a fluidos corpóreos, resistente a rasgos e rupturas, confortável e maleável. Tamanho: único. <b>Observações:</b> <b>I)</b> Apresentação: Pacote contendo 10 unidades cada. <b>II)</b> Validade de no mínimo 2 (dois) anos a partir da data de entrega. <b>AMOSTRA FÍSICA</b>	PACOTE	1.540
02	619818	<b>LUA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA DESCARTÁVEL –TAMANHO “P”</b> Luva Nitrílica não estéril, de cor azul, descartável, isenta de pó, ambidestra, texturizada na ponta dos dedos, com Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho contra agentes biológicos. <b>Observações:</b> <b>I)</b> Apresentação: Caixa com 100 unidades. <b>II)</b> Validade de no mínimo 2 (dois) anos a partir da data de entrega. <b>AMOSTRA POR CATÁLOGO</b>	CAIXA	286



ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO OBJETO	U/C	QUANT
03	619819	<b>LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA DESCARTÁVEL –TAMANHO “M”</b> Luva Nitrílica não estéril, de cor azul, descartável, isenta de pó, ambidestra, texturizada na ponta dos dedos, com Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho contra agentes biológicos. <b>Observações:</b> <b>I) Apresentação: Caixa com 100 unidades.</b> <b>II) Validade de no mínimo 2 (dois) anos a partir da data de entrega. AMOSTRA POR CATÁLOGO</b>	CAIXA	968
04	619820	<b>LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA DESCARTÁVEL –TAMANHO “G”</b> Luva Nitrílica não estéril, de cor azul, descartável, isenta de pó, ambidestra, texturizada na ponta dos dedos, com Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho contra agentes biológicos. <b>Observações:</b> <b>I) Apresentação: Caixa com 100 unidades.</b> <b>II) Validade de no mínimo 2 (dois) anos a partir da data de entrega. AMOSTRA POR CATÁLOGO</b>	CAIXA	286
05	485312	<b>MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA COM CLIP NASAL</b> Máscara descartável; Identificação: cirúrgica; Formato: retangular com pregas; Camadas: 03 camadas; Matéria-prima: fibra sintética; Gramatura: mínima 40g; Filtro: com filtro; Tipo fixação: dois elásticos do tipo roliço recobertos com algodão ou amarrilhos do mesmo; com clipe nasal constituído de material maleável; Não estéril; Confeccionada com 02 camadas de não-tecido, uma camada de filtro bacteriano. <b>Observações:</b> <b>I) Apresentação: Caixa com 50 unidades.</b> <b>II) Validade de no mínimo 2 (dois) anos a partir da data de entrega. AMOSTRA FÍSICA</b>	CAIXA	308
06	485529	<b>MÁSCARA DE PROTEÇÃO N-95/PFF2</b> Máscara descartável PFF2/ N95, não estéril, com formato anatômico, confeccionada com quatro camadas de proteção, sendo duas camadas de não tecido, uma camada de filtro bacteriano (eficiência de filtragem bacteriana de 99% para partículas de 0,1 micron) e uma camada de filme respirável; fixação através de 2 tiras de elástico; com clipe nasal ajustável. Matéria-prima: fibra sintética; filtro: filtro PFF2; Aprovado para: Proteção das Vias Respiratórias do Usuário Contra Poeiras, Névoas e Fumo (PFF2). CA BRANCA 44241. Tamanho: Único; Sem Válvula; Cor: branca. <b>Observações:</b> <b>I) Equipamento certificado junto ao INMETRO com base na portaria INMETRO nº 561, de 23 de dezembro de 2014.</b> <b>II) Todo material deve estar como CA ativo.</b> <b>III) Apresentação: Embalagem individual (1 unidade).</b> <b>IV) Validade de no mínimo 2 (dois) anos a partir da data de entrega. AMOSTRA FÍSICA</b>	UNIDADE	7.700



ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO OBJETO	U/C	QUANT
07	275474	<b>ÓCULOS DE PROTEÇÃO</b> Óculos de proteção, uso hospitalar; Lentes: acrílico transparente; Aplicação: procedimento; Cor: incolor, transparente; Armação: aço revestido em polipropileno; Com película anti-embaçante, curvado para dar visão sem distorção em todas as direções, alta transparência, esterilizável a frio, pode ser usado sobre óculos normais, com ajuste e regulagem lateral; Tamanho: único. <b>Observações:</b> <b>I)</b> Apresentação: Embalagem individual (1 unidade). <b>II)</b> Todo material deve estar com o CA ativo. <b>III)</b> Validade de no mínimo 2 (dois) anos a partir da data de entrega. <b>AMOSTRA FÍSICA</b>	UNIDADE	77
08	428621	<b>TOUCA DESCARTÁVEL</b> Matéria-prima: TNT (não tecido); Tipo: sanfonada; Gramatura: mínima 10g; Modelo: sanfonada, com elástico; Cor: branca. <b>Observações:</b> <b>I)</b> Apresentação: Pacote com 100 unidades cada. <b>II)</b> Validade de no mínimo 2 (dois) anos a partir da data de entrega. <b>AMOSTRA POR CATÁLOGO</b>	PACOTE	154

**1.7** O objeto desta contratação se enquadra como bem comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de aquisições usuais de mercado, não sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

**1.8** O objeto desta contratação caracteriza-se como de prestação **não contínua**, tendo em vista que, uma vez finalizadas as entregas de todos os bens solicitados, resolve-se a necessidade que lhe deu origem.

**1.9** O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da Assinatura da Ata de Registro de Preço, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

**1.10** Todas as especificações técnicas e configurações constantes no presente Termo de Referência deverão ser atendidas plenamente e terão sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas nos termos do capítulo V da lei 14.133/2021.

**1.11** Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

**2.1** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**2.2** O presente instrumento visa a aquisição, sob demanda, de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, para atender as necessidades dos alunos e dos professores da Escola de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem Nossa Senhora de Fátima, que atuarão em campo de estágio.

**2.3** Com a finalidade de proteção individual, esses são itens fundamentais para que as chances de acidentes ou a manifestação de doenças sejam diminuídas e minimizadas dentro de um ambiente de trabalho/ estágio, como por exemplo alguns riscos biológicos: material infectocontagioso, microrganismos, parasitas, toxinas e perfurocortantes.

**2.4** A aquisição dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) faz-se necessária, pois é direito dos alunos e dos professores evitar infecções, sendo imprescindível a utilização destes para prevenir, controlar, reduzir ou eliminar o risco de contrair doenças, como COVID-19, tuberculose, Influenza, Hanseníase, escabiose, HIV, Hepatite B e C entre outros, trazendo a eles um menor risco biológico durante suas atividades práticas.

**2.5** A educação de qualidade é um direito fundamental e essencial para o desenvolvimento de qualquer sociedade. No entanto, é impossível alcançar essa qualidade sem investir em infraestrutura adequada, condições mínimas para o ensino e aprendizado. A compra de equipamentos de proteção individual (EPI's) também é fundamental para garantir a segurança e saúde dos professores e alunos da Escola de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem Nossa Senhora de Fátima em atividades práticas. É essencial que os investimentos em educação priorizem a qualidade e a segurança, para que os estudantes possam aprender e se desenvolver em um ambiente adequado e saudável.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

**3.1** Diante do objetivo a ser alcançado, após o exposto e após análise comparativa, a aquisição dos 08 (oito) itens listados, caracteriza-se como a solução mais viável econômica, técnica e ambientalmente escolhida para o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual - EPI, para atender as necessidades dos alunos e dos professores da Escola de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem Nossa Senhora de Fátima pelo período de 01 (um) ano, será a realização de certame licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos da Lei 14.133/2021, pelo menor preço por item, de forma mais econômica possível à administração.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).**

**4.1** A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

**4.1.1** Sustentabilidade:

**4.1.1.1** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;



Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013;

**4.1.1.2** E também os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, conforme art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010:

**I** – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

**II** – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

**III** – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

**IV** – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

**4.1.2** Todos os itens devem estar em conformidade com as especificações do objeto e, quando for o caso, terem o Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho ativo, além de outros Órgãos competentes na área, como o INMETRO, ANVISA.

**4.1.3** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual ou transferência a outrem, no todo ou em parte, conforme Termo de Referência;

**4.1.4** A empresa vencedora, deverá realizar a entrega do produto, substituir os que estiverem inconformidade com o requisitado, sem ônus para Administração, em prazo especificado do Termo de Referência;

**4.1.5** As solicitações deverão ser atendidas nos prazos estipulados;

**4.1.6** O fornecimento dos materiais descritos deverá ser com rapidez e eficiência;

**4.1.7** O objeto deverá ser cumprido estritamente de acordo com as normas que regulamentam a contratação;

**4.1.8** Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos do artigo 96 da Lei 14.133/2021;

**4.1.9** Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021.

## **4.2 APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS**

**4.2.1.** Para fabricação e comercialização dos produtos, são impostos alguns requisitos para comprovação, com um padrão mínimo de qualidade, tendo em vista a sua durabilidade, faixa etária e



segurança. Diante disso, para assegurar êxito e melhor instruir o processo, a descrição do produto é fundamental no processo de compra, uma vez que apresentam as características básicas do bem que se pretende adquirir, dentro dos padrões mínimos de qualidade desejados e na forma mais vantajosa para a Administração Pública. Para tal, será indispensável **a apresentação de amostras físicas e por catálogo, conforme descrito nas especificações dos itens.**

4.2.1.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar **AMOSTRAS**. Que terá data/horário de sua apresentação divulgados por mensagem no sistema.

4.2.1.2. As amostras poderão ser entregues na Escola de Aux. e Técnicos de Enfermagem Nossa Senhora de Fátima, localizada à Rua General Osório, 324, Centro, Nova Friburgo/ RJ – CEP: 28.625-630 - (Obs.: De Segunda a Sexta-feira – das 13h30min às 21h.) Tel: (22) 2533-1178/ (22) 99832-9002, no prazo limite de 07 (sete) dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.2.1.3. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido pela Comissão de Licitação, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes do fim do prazo.

4.2.1.4. No caso de não haver apresentação de amostra ou ocorrer atraso na apresentação deste, sem justificativa aceita, ou havendo entrega dessa amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.2.1.5. A amostra será avaliada de acordo com as especificações do Termo de Referência pelo Apoio Técnico da Escola de Aux. e Técnicos de Enfermagem Nossa Senhora de Fátima;

4.2.1.6. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, análise da qualidade, verificando o material no que se refere ao fornecimento, desempenho, qualidade e descrição do objeto, visando ao atendimento do interesse do órgão solicitante.

4.2.1.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.2.1.8. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.2.1.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.2.1.10. Após a divulgação do resultado final do certame, a amostra entregue deverá ser recolhida pelos fornecedores no prazo de 02 (dois) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.2.1.11. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, caso necessário, sem ônus, os manuais



impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

**5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

**5.1** O prazo de entrega dos itens é de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, conforme conveniência e necessidade da Unidade Requisitante.

**5.2** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**5.3** Os itens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Escola de Aux. e Técnicos de Enfermagem Nossa Senhora de Fátima**, Endereço: Rua General Osório, 324, Centro, Nova Friburgo/ RJ - CEP: 28.625-630, (Obs.: De Segunda a Sexta-feira – das 13h30min às 21h.), Tel: (22) 2533-1178/ (22) 99832-9002;

**5.4** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**5.5** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**5.6** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**5.7** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**5.8** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**6- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).**

**6.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).





**6.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

**6.3** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

**6.3.1** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

**6.3.2** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

**6.3.3** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**6.4** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

**6.5** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

**6.6** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**6.7** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.8** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.





**6.9** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

**6.10** O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

**6.11** Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

**6.12** O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**6.13** O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

**6.14** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

**6.15** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

**6.16** Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

**6.16.1** Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

**6.16.2** Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

**6.16.3** Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

**6.16.4** Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

## **7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘g’, da Lei nº 14.133/2021)**



**7.1** A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do: MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO - CNPJ 28.606.630/0001-23, Endereço: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO/ RJ - CEP: 28.613-001.

**7.2** Todos os materiais deverão ser entregues na: **Escola de Aux. e Técnicos de Enfermagem Nossa Senhora de Fátima**, Endereço: Rua General Osório, 324, Centro, Nova Friburgo/ RJ – CEP: 28.625-630 (Obs.: De Segunda a Sexta-feira – das 13h30min às 21h.), Tel: (22) 2533-1178 / (22) 9.9832-9002

**7.3** Da liquidação da despesa:

**7.3.1** A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023 e ao Decreto nº 3116 de 18 de setembro de 2024 [https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_64\\_Legislacoes.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html)

**7.3.2** Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. [https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9\\_64\\_Legislacoes.html](https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html).

**7.4** Do pagamento da despesa:

**7.4.1** O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

**7.4.2** A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

**7.4.3** Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.



**7.4.4** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**7.4.5** O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

## **8- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)**

**8.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento nos termos do artigo 17, § 2º; artigo 28, inciso I e artigo 33, inciso I da Lei 14.133/2021.

**8.2** Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

**8.2.1** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**8.2.2** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**8.3** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**8.4** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

**8.5** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



**8.6** É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

**8.7** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**8.8** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**8.9** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**8.10 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:**

**8.10.1 Habilitação Jurídica:**

a – Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das



Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.11 Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

8.11.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.11.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.11.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.11.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.11.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.11.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.11.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da



União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.11.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.11.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.12 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.12.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.12.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.12.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

### **8.13 Qualificação Econômico-Financeira:**

8.13.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.13.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.13.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.13.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, junta-



mente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou órgãos de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.13.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.13.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.14.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.14.2 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.14.3 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.15 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.16 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.17 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.18 **Qualificação Técnica:**





8.18.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.18.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.18.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.18.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.18.2.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.14.4 - Cópia da **Licença Sanitária Estadual ou Municipal**, para a atividade desenvolvida pela empresa.

8.14.5 - Cópia da **Autorização de Funcionamento (AFE)**, ou publicada do DOU, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), inclusive para distribuidoras, quando competente, ou comprovação de sua isenção, conforme artigos 1º e 2º da Lei 6.360/1976.

## **9 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:**

### **9.1 Da Contratada:**

- a)** atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;
- b)** ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c)** responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d)** reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verificarem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;



- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da ATA, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

## **9.2 Da Contratante:**

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;



- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

## **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1** O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

**10.1.1** Comete infração administrativa a contratada que:

**10.1.1.1** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**10.1.1.2** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**10.1.1.3** Dar causa à inexecução total do contrato;

**10.1.1.4** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**10.1.1.5** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**10.1.1.6** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**10.1.1.7** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**10.1.1.8** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**10.1.1.9** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**10.1.1.10** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**10.1.1.11** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



**10.1.1.12** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.2** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

**10.3** Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

**10.3.1** Advertência;

**10.3.2** Multa;

**10.3.3** Impedimento de licitar e contratar;

**10.3.4** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.4** Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

**10.5** Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

**10.6** Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

**10.7** Moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

**10.8** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

**10.9** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

**10.10** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;



**10.11** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

**10.12** A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

**11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).**

**11.1** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 105.571,51 (cento e cinco mil, quinhentos e setenta e um reais e cinquenta e um centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

**12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).**

**12.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

<b>PROGRAMA DE TRABALHO:</b> 22005.1236300012.263	<b>CÓDIGO DE DESPESA:</b> 33.90.30-33	<b>FONTE:</b> 150000000000
--	--	-------------------------------

**12.2** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1** Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

**13.2** Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica desta Secretaria Municipal de Educação.

Nova Friburgo/RJ, 20 de agosto de 2025.



ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> <b>Lidia Carpi da Silva</b> Matrícula: 990049	<hr/> <b>Rejane da Conceição X. V. Amaduro</b> Matrícula: 116108

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo

**O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

---

**Caroline Moura Klein**  
Secretária Municipal de Educação  
Matrícula: 990.953